

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ -ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 5.904 – DE 24 DE DEZEMBRO DE 2010

Estima as Receitas e fixa as Despesas do Orçamento Fiscal do Município de Araxá para o exercício de 2011.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ**, com a Graça de Deus, aprova e eu, Prefeito, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei estima a receita do Município de Araxá para o exercício de 2011, no montante de R\$ 167.059.000,00 (cento e sessenta e sete milhões e cinquenta e nove mil reais) e fixa a despesa em igual valor, nos termos do art. 108, da Lei Orgânica Municipal, e da Lei nº 5.777, de 01 de julho de 2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011), compreendendo:

- I. o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Municipal direta e indireta, inclusive Institutos e Fundações mantidas e instituídas pelo Poder Público;
- II. O Orçamento da Seguridade Municipal.

CAPÍTULO II

DA ESTIMATIVA DA RECEITA TOTAL

Art. 2º. A Receita Orçamentária, a preços correntes e conforme legislação tributária é estimada em R\$ R\$ 167.059.000,00 (cento e sessenta e sete milhões e cinquenta e nove mil reais) desdobrados nos seguintes agregados:

- I. R\$ 153.304.710,00 (cento e cinquenta e três milhões, trezentos e quatro mil, setecentos e dez reais) do Orçamento Fiscal;
- II. R\$ 13.754.290,00 (treze milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e noventa reais) do Orçamento da Seguridade Municipal.

Art. 3º. As receitas do Orçamento Fiscal serão realizadas mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e são estimadas por categoria econômica segundo a origem de recursos e serão discriminadas, em anexo, a esta Lei.

CAPÍTULO III

DA FIXAÇÃO DA DESPESA TOTAL

Art. 4º. A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária é fixada em R\$ 167.059.000,00 (cento e sessenta e sete milhões e cinquenta e nove mil reais), desdobrados nos seguintes agregados:

- I. R\$ 153.304.710,00 (cento e cinquenta e três milhões, trezentos e quatro mil, setecentos e dez reais) do Orçamento Fiscal;
- II. R\$ 13.754.290,00 (treze milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e noventa reais) do Orçamento da Seguridade Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ -ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único. Do montante fixado no inciso II, deste artigo, para o Orçamento da Seguridade Municipal, parcela de R\$ 7.356.605,00 (sete milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e cinco reais) será custeada pelo Orçamento Fiscal.

CAPÍTULO IV

DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO

Art. 5º. A Despesa total, fixada por Função, Poderes e Órgãos, será realizada segundo a discriminação dos Quadros Demonstrativos das Despesas de cada unidade orçamentária, constante nos anexos a esta Lei.

CAPÍTULO V

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 6º. O limite autorizado no artigo anterior não será onerado quando o crédito se destinar a:

- I. ~~atender insuficiência de dotações do grupo de Pessoal e do grupo Obrigações Patronais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;~~
- II. ~~atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização de juros da dívida mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;~~
- III. ~~atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;~~
- IV. ~~atender insuficiência de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalhos das funções de Saúde, Assistência, Previdência, e em Programas de Trabalho relacionados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;~~
- V. ~~incorporar os saldos financeiros apurados em 31 de dezembro de 2010, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados ao FUNDEB, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei;~~
- VI. ~~transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um "elemento de despesa" para outro, no âmbito do mesmo grupo do projeto/atividade, excluídas as dotações orçamentárias destinadas a atendimento de subvenções sociais às entidades de assistência social, saúde e educação.~~

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, referentes ao exercício de 2011, até o limite de 12,5% (doze e meio por cento), sobre o total da despesa autorizada para o exercício, mediante a utilização de recursos provenientes do artigo 43, § 1º da Lei nº 4320/64, e autorizado a suplementar às dotações das fichas orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal indicadas no § 1º deste artigo.

§ 1º Ficam suplementadas as fichas orçamentárias a seguir discriminadas nos valores indicados:

3.1.90.13.00 – Ficha 3	Obrigações Patronais	R\$ 140.000,00
------------------------	----------------------	----------------

01.122.000.2170	Direção Administrativa	R\$ 1.089.000,00
3.1.90.04.00 – Ficha 17	Contratação por tempo determinado	R\$ 40.000,00
3.1.90.11.00 – Ficha 19	Venc. Vant. Fixas Pessoal Civil	R\$ 700.000,00
3.1.90.13.00 – Ficha 20	Obrigações Patronais	R\$ 47.000,00
3.1.91.13.00 – Ficha 24	Obrigações Patronais	R\$ 47.000,00
3.3.90.36.00 – Ficha 31	Outros serviços de Terceiros P. Física	R\$ 30.000,00
3.3.90.46.00 – Ficha 33	Auxílio Alimentação	R\$ 30.000,00

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ -ESTADO DE MINAS GERAIS

3.3.90.92.00 – Ficha 35	Despesas do exercício anterior	R\$	25.000,00
3.3.90.93.00 – Ficha 36	Indenizações e Restituições	R\$	20.000,00
4.4.90.52.00 – Ficha 37	Equip. Materiais Permanentes	R\$	150.000,00

01.131.	Comunicação Social	R\$	100.000,00
3.3.90.39 .00– Ficha 43	Outros serviços Terceiros P . Jurídica	R\$	100.000,00

§ 2º - A suplementação autorizada pelo parágrafo anterior utilizará como fonte de recurso a anulação parcial das seguintes fichas orçamentárias nos valores indicados:

3.3.90.35.00 - Ficha 9	Serviço de Consultoria	R\$	140.000,00
------------------------	------------------------	-----	------------

01.122.0001.1017	Construção Reforma Ampl. Prop Câmara	R\$	1.089.000,00
4.4.90.51.00 - Ficha 16	Obras e instalações	R\$	1.089.000,00

01.122.0777	Obrigações Especiais	R\$	100.000,00
3.1.90.01.00 - Ficha 39	Aposentadorias e Reformas	R\$	100.000,00

§ 3º - O limite autorizado no § 1.º deste artigo não será onerado quando o crédito se destinar a:

I - atender insuficiência de dotações do grupo de Pessoal e do grupo Obrigações Patronais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II - atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;

III - atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;

IV - atender insuficiência de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho das funções Saúde, Assistência, Previdência, Programas de Trabalho relacionados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, e em função legislativa mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;

V - incorporar os saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2010, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados de Fundos Especiais e do FUNDEB, quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta lei.

VI - transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um "elemento de despesa" para outro, no âmbito do mesmo grupo do projeto/atividade, excluídas as dotações orçamentárias destinadas a atendimento de subvenções sociais às entidades de assistência social, saúde educação;

VI – a suplementação autorizada pelo § 1º deste artigo. **(Redação dada pela Lei nº 5.905, de 25 de fevereiro de 2011).**

CAPÍTULO VI

DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, observado os limites e condições estabelecidos na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, e na legislação pertinente, especialmente na Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Na contratação das operações de que trata o artigo anterior poderá o Poder Executivo oferecer como garantia as receitas ordinárias, provenientes de transferências intergovernamentais.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ -ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado, respeitado o disposto no inciso III, do art. 111, da Lei Orgânica Municipal, a:

- I. contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento e habitação em áreas de baixa renda;
- II. contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contragarantias necessárias à obtenção de garantia do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas do resultado primário, conforme o Artigo 18 da Lei nº 5.777, de 01 de julho de 2010.

Parágrafo único. A faculdade prevista no caput deste artigo ao Chefe do Poder Executivo, estende-se ao Chefe do Poder Legislativo.

Art. 10. A participação dos cidadãos no processo de fiscalização do orçamento se dará mediante as audiências públicas, de que trata o art. 9º § 4º da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 11. Integram a esta lei os Anexos previstos no seu art. 25 da Lei nº 5.777 de 01 de julho de 2010 – Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

DR. JEOVÁ MOREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal de Araxá

JOSÉ CLEMENTINO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão